

## Governo vê folga de R\$ 8 bi em relação à meta

Por Carla Araújo, Fábio Pupo e Edna Simão | De Brasília

A equipe econômica atualizou as projeções para o ano e agora calcula a existência, hoje, de um espaço fiscal de R\$ 8,187 bilhões em relação à meta. Os dados foram antecipados ontem pelo Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor, e devem estar no quarto relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas - que será divulgado pelo Ministério do Planejamento na sexta-feira.

Os números foram apresentados pela equipe econômica no encontro da Junta de Execução Orçamentária (JEO), grupo que reúne os ministros da Casa Civil, da Fazenda e do Planejamento e que se encontrou nesta terça-feira (18) no Palácio do Planalto. De acordo com os dados, a nova projeção de déficit para o governo central em 2018 é de R\$ 150,812 bilhões - valor abaixo da meta fiscal para o ano, que autoriza um rombo de R\$ 159 bilhões.

Por outro lado, o governo deve acabar liberando menos recursos do que o espaço existente por causa da limitação do teto de gastos. Conforme os cálculos atuais da equipe econômica, graças à norma constitucional a ampliação de despesas permitida é de até R\$ 4,103 bilhões.

O espaço em relação à meta fiscal se deve a uma combinação, nas projeções, de maiores receitas e menores despesas. No caso da arrecadação, a equipe econômica avalia que os dados mensais do Fisco têm apresentado uma série de resultados acima do esperado. Embora esse desempenho ainda intrigue parte do governo, até porque a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB) foi revista para baixo recentemente, os cálculos foram feitos para atualizar as estimativas para o ano.

A Receita Federal tem apontado em seus relatórios sobre o desempenho da arrecadação diferentes fatores para a melhora. O mais repetido pelos auditores é a recuperação da atividade econômica. Segundo eles, também influenciam os números de operações especiais de fiscalização.

Houve elevação de R\$ 3,785 bilhões da receita primária total do terceiro para o quarto bimestre, para R\$ 1,485 trilhão. Nesse item, a estimativa de recolhimento com impostos na rubrica das administradas subiu R\$ 3,687 bilhões, para R\$ 905,078 bilhões.

Já a projeção de receitas não administradas - o que inclui royalties de petróleo, por exemplo - teve um aumento de R\$ 2,048 bilhões, para uma estimativa de R\$ 190,338 bilhões.

Os dados da Receita de julho (relatório mais recente disponível) confirmam a elevação expressiva da arrecadação com as participações em óleo e gás. Até o sétimo mês do ano, a receita com esse item cresceu em termos reais 56% em relação a igual período do ano passado, para R\$ 33,4 bilhões. Enquanto isso, as receitas totais do governo cresceram 7,74% na mesma comparação.

Os ganhos com petróleo são impulsionados tanto pelo aumento da cotação do barril como pela desvalorização do câmbio (como a commodity é negociada no mercado internacional, a queda do real em relação ao dólar acaba elevando os números da receita com o item no país).

Por outro lado, arrecadação líquida do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) caiu R\$ 1,95 bilhão, para R\$ 390,545 bilhões. Nesse caso, a arrecadação é influenciada pelo comportamento da massa salarial - que vem apresentando queda pela influência dos indicadores de emprego e renda do país.

O relatório também mostra que as despesas primárias tiveram um recuo de R\$ 4,277 bilhões, para R\$ 1,380 trilhão. A queda foi concentrada nas despesas obrigatórias. A equipe econômica concluiu que parte desses valores estava sendo superestimada nas





projeções oficiais.

Nos dados apresentados, as principais reduções acontecem nas despesas com Previdência (que caíram R\$ 1,1 bilhão), com pessoal e encargos sociais (menos R\$ 1,4 bilhão), com a rubrica de abono salarial e seguro-desemprego (queda de R\$ 1,3 bilhão) e com subsídios (corte de R\$ 1,3 bilhão nas estimativas).

Também influenciam nos números os parâmetros macroeconômicos, que estão sendo revisados pelo governo. A projeção para o ano da inflação medida pelo IPCA, por exemplo, variou de 4,2% para 4,1% de um bimestre para o outro.

Já a taxa câmbio média saiu de R\$ 3,59 para R\$ 3,65, e a massa salarial recuou de 4,2% para 3,1%. A previsão de crescimento da economia para o ano, como já publicado pelo Valor, foi mantida em 1,6%. A projeção da Selic média permaneceu em 6,5%. O preço do barril de petróleo teve uma pequena variação, passando de US\$ 74,7 para US\$ 74,2.





## Mudanças

Relatório de avaliação bimestral projetará menor inflação e dólar mais alto

### ■ Parâmetros macroeconômicos

	3º bimestre	4º bimestre
PIB	1,6%	1,6%
IPCA acumulado	4,2%	4,1%
Taxa de câmbio média	R\$ 3,59	R\$ 3,65
Taxa Selic média	6,5%	6,5%
Preço do Barril de Petróleo	US\$ 74,7	US\$ 74,2
Massa salarial	4,2%	3,1%

### ■ Principais números (em R\$ bilhões)

	3º bimestre	4º bimestre	Diferença
Receita Primária Total	1.482	1.485	3,785
Receita administrada	901,391	905,078	3,687
Receita não administradas	188,289	190,338	2,048
Despesas primárias	1.385	1.380	4,277
Despesas obrigatórias	1.256	1.251	4,277
Despesas discricionárias	129,54	129,54	0
Resultado primário do governo central	159	150,812	8,187
Total de despesas sujeitas ao teto de gasto	1.347	1.343	4,103

## Planalto tem projeto para uso racional de pessoal

Por Edna Simão | De Brasília

O governo espera economizar R\$ 193,5 milhões em cinco anos com a implementação de projeto de dimensionamento da força de trabalho de todos os serviços do Poder Executivo. A iniciativa, desenvolvida em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), tem como objetivo de determinar qual é a quantidade de pessoas necessária para realizar determinadas entregas ou tarefas e, se for o caso, fazer remanejamento de pessoal.

O projeto ainda está em fase inicial e, segundo informações do Ministério do Planejamento, está funcionando como piloto em cinco órgãos públicos: coordenação-geral de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento; Advocacia-Geral da União (AGU); da Controladoria-Geral da União (CGU); Hospital das Forças Armadas (HFA) e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Depois de passar por essa etapa de teste, a ideia é expandir a iniciativa.

O Ministério do Planejamento explicou que os primeiros órgãos com tipos de serviço a serem "customizados" até o fim de 2019 foram selecionados de forma que a institucionalização possa ser aplicada em cerca de 80% da Administração

Pública Federal (APF). Ou seja, a metodologia tipificada nas primeiras amostras teria uma representatividade de 80% da APF.

Com o projeto, será possível o governo fazer uma avaliação mais clara, por meio de fórmulas e modelos matemáticos, sobre as metas definidas e atingidas pelos órgãos públicos, assim como, fazer comparação do desempenho entre os órgãos públicos que prestam o mesmo tipo de serviço. A iniciativa também vai ajudar a saber em áreas do governo realmente é fundamental a contratação por meio de concursos. Até porque, existe dificuldade para se remanejar e, até mesmo, demitir um servidor.

Nos últimos anos, o governo tem tentado aperfeiçoar a gestão de pessoal no Executivo. A despesa com pagamento de salários, assim como os gastos da Previdência Social, é considerada bastante elevada. Somente em julho, o gasto com o pagamento de 633.595 servidores foi de R\$ 8,484 bilhões.

Com a restrição fiscal, a realização de concursos para repor mão de obra é avaliada com muita cautela. Isso porque o setor público tem que assumir o custo desse trabalhador por 75 anos (o que inclui o período ativo, de aposentadoria e pensões).

## Crédito a Cuba e Venezuela foi erro, diz presidente do BNDES



**Crítica.** Dyogo Oliveira: "Agora, temos que ir atrás do dinheiro para receber"

Segundo Dyogo Oliveira, está claro que países não tinham condições de honrar seus compromissos. Saldo devedor das operações soma cerca de US\$ 1 bilhão

O presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, afirmou ontem que foi um erro o banco ter concedido empréstimos para exportações a países como Cuba e Venezuela no passado, pois hoje está claro que esses países não tinham condições de honrar seus compromissos.

O saldo devedor dos empréstimos, concedidos durante os

governos do PT, soma cerca de US\$ 1 bilhão, e os dois países estão com prestações em atraso, segundo Dyogo. —Há uma crítica a esses empréstimos e até diria que, olhando hoje, fica claro que eles não tinham condição de pagar.

Provavelmente não deveriam ter sido feitos e, agora, temos que ir atrás do dinheiro para receber — declarou o presidente do BNDES, após participar de evento no Rio.

### CARTEIRA DE US\$ 10 BILHÕES

Nesta semana, Dyogo se reuniu

com representantes do governo cubano para tratar do tema. De acordo com ele, Cuba tem três parcelas em aberto com o BNDES, que, juntas, somam US\$ 17,5 milhões. O saldo devedor cubano é de aproximadamente US\$ 600 milhões.

O presidente do BNDES frisou que a solução para a volta da adimplência de Cuba não passa obrigatoriamente pela reestruturação da dívida. — Eles têm se mostrado solícitos e adeptos a buscar soluções, mas alegam que, por conta de questões climáticas e financeiras, não têm tido capacidade de honrar totalmente os pagamentos, e o que têm feito são pagamentos parciais — disse.

— Discutimos alternativas que ainda não podemos revelar. A carteira de exportação do BNDES totaliza aproximadamente US\$ 10 bilhões, e a inadimplência de Cuba e Venezuela não preocupa em relação aos resultados, comentou Dyogo: — O volume disso em relação à carteira do banco é pequeno e não é preocupante.

# Governar é tão ou mais difícil que se eleger

MAÍLSON DA NÓBREGA

No Brasil, não basta ganhar as eleições presidenciais. O vencedor precisa formar e coordenar uma coalizão. Seu partido elegerá no máximo 70/75 deputados, mas necessitará de no mínimo 308 votos para aprovar emendas constitucionais. A proporção é semelhante no Senado.

A renovação do Congresso será muito pequena. O padrão mental e os costumes de sempre continuarão a ditar a forma como serão feitas as negociações. Grande parte manterá a dependência do voto de corporações e de interesses paroquiais.

Construir a maioria não será suficiente, pois ela se forma em cada votação relevante. O presidente precisa ter, além de liderança e legitimidade, habilidades para articular o apoio a seus projetos essenciais, caso a caso.

No presidencialismo de coalizão, que implica o compartilhamento do poder, o chefe do governo assume o papel de coordenador do jogo político. Compartilhar é distribuir postos ministeriais.

O presidente tem uma cota

pessoal, que compreende pelo menos a Fazenda, o Planejamento e a Casa Civil. Os demais ministros são indicados pelos partidos da coalizão. É assim em países onde o vencedor não tem a maioria no Parlamento.

Formar o ministério é obra de engenharia política. É preciso demonstrar perícia e arte para contemplar aliados, regiões do país, mulheres e representantes de segmentos econômicos e sociais.

A promessa de um presidenciável de anunciar o ministério antes de se eleger revela sério desconhecimento do processo. Tampouco faz sentido recusar escolhas por indicações políticas. Ou governar com os melhores. Nem sempre é possível escolher.

Nomear um superministro da Economia pela fusão de ministérios, sem extinguir suas funções, não faz sentido. A ideia de que esse ministro terá carta branca desconhece que é o presidente quem governa e que as decisões básicas são do Congresso. Enfeixar tanto poder nas mãos de uma única pessoa vai criar conflitos e ineficiências.

Há três recursos de poder para

exercer a coordenação. Primeiro, nomeações para os cargos de ministro e para posições do segundo escalão. Segundo, liberação de emendas parlamentares. Terceiro, habilidade pessoal. Impossível fugir dessa realidade.

O terceiro é o mais relevante. Pressupõe alta inteligência emocional, equilíbrio, paciência, capacidade de articulação, entender a relação com o Congresso, um bom auxiliar da coordenação política e a arte de lidar com os parlamentares.

É preciso identificar formadores de opinião, quem é mais confiável e os que merecem atenção e prestígio. Há que saber quem convidar para viagens e para recepções palacianas. Um quê de encanto é crucial. Tudo isso requer experiência. Não se faz um líder político eficaz da noite para o dia.

Negociar com base em princípios só será possível (e olhe lá) quando tivermos partidos programáticos, não hoje.

A forma atual de negociar constitui uma das regras do jogo, mas pode ser fatal o uso da corrupção para aliciar apoios.





É necessário saber transmitir mensagens e obter apoio da opinião pública para o programa de reformas, pois isso reforça a capacidade de articulação política. Presidentes impopulares perdem o poder de agenda.

Por último, o baixo clero sabe que a democracia funciona no plenário, isto é, a vontade da maioria prevalece. O baixo clero é maioria e pode vetar reformas. O desafio é negociar sem sucumbir à vontade desse grupo, que costuma andar de braços com o corporativismo e a irresponsabilidade fiscal.

Em resumo, como disse Tom Jobim (1927-1994), "o Brasil não é para principiantes".

Maílson da Nóbrega  
Ex-ministro da Fazenda (1988-1990, governo Sarney) e sócio da Tendências Consultoria

## Tido como ambíguo no mercado, Haddad quer moderado na Fazenda

*Petista segue avaliação de Lula, para quem ministério não poderia ser atrelado a nenhuma escola econômica*

Marina Dias e  
Mariana Carneiro

Candidato do PT ao Planalto, Fernando Haddad procura um não economista, de perfil moderado e independente, para o comando do Ministério da Fazenda caso seja eleito em outubro.

A busca segue o roteiro de um convite que ele mesmo recebeu, há pouco mais de um ano, do ex-presidente Lula.

Antes de ser preso, o petista disse que, se vencesse a disputa, queria Haddad como chefe de sua equipe econômica.

A avaliação de Lula, compartilhada pelo seu herdeiro político, é que a pluralidade das escolas econômicas deve estar

representada no governo, mas o ministro da Fazenda não pode ser muito atrelado a nenhuma delas.

Agora candidato, Haddad procura sua alma gêmea.

Quer um nome com formação econômica, mas não um economista clássico. Que seja pragmático e, ao mesmo tempo, flexível para resolver problemas sem se aprisionar a dogmas das escolas tradicionais, em meio à disputa entre ortodoxos e heterodoxos.

O governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), por exemplo, ficou identificado com os ortodoxos da PUC-Rio, que criaram o Plano Real em 1994. Já os heterodoxos ganharam destaque a partir da crise de 2008, durante os governos Lula e Dilma Rousseff.

A ideia de Haddad é encontrar um perfil no meio deste caminho, que dialogue com as diferentes linhas econômicas, mas também com o

empresariado e os investidores.

Como prefeito de São Paulo, o petista escolheu Marcos Cruz, forjado na cultura empresarial de Jorge Paulo Lemann, para assumir sua Secretaria de Finanças, e Leda Paulani, heterodoxa formada na USP para a Secretaria de Planejamento.

Quem o conhece diz que esse é o resumo de Haddad e que o exemplo de perfis pode ser replicado no Planalto.

Nas últimas semanas, o candidato tem conversado com economistas fora do espectro político do PT e mais alinhados ao pensamento pró-mercado, como Samuel Pessoa e Marcos Lisboa, mas também coordenou o programa de governo petista, considerado radical por investidores.

A ambigüidade provoca dúvidas no setor financeiro, já que o programa do PT, chancelado por Lula, foi elaborado por nomes como





Marcio Pochmann, Nelson Barbosa, Luiz Gonzaga Beluzzo e Guilherme Mello e, segundo críticos, aponta para o excesso de intervenção na economia.

Pochmann, que se afastou do núcleo da equipe econômica, já declarou que o PT não daria prioridade a uma reforma da Previdência, considerada essencial pelo mercado.

Haddad, por sua vez, desautorizou o correligionário durante sabatina promovida pela Folha, UOL e SBT, nesta segunda-feira (17), e disse que Pochmann tinha uma visão “independente” sobre o tema.

O temor do mercado tem alimentado especulações, como a queda do preço de ações e a desvalorização do real, quando Haddad cresce nas pesquisas —ele aparece com 13% no Datafolha, empatado numericamente com Ciro Gomes (PDT) em segundo lugar.

Com aval de Lula, alas do PT defendem que Haddad não faça acenos ao mercado no primeiro turno e evite sinalizar com um nome de peso para a economia desde agora.

O grupo próximo a Haddad, porém, monitora o crescimento de Jair Bolsonaro (PSL). A avaliação é

que pode ser preciso antecipar o movimento ao centro contra o avanço do antipetismo pregado por ele.

O sentimento contra o PT ganhou espaço entre investidores que, seduzidos pelas ideias liberais de Bolsonaro, temem que, se eleito, o PT faça um governo de vingança contra o mercado.

Três tópicos do plano petista são especialmente sensíveis ao setor produtivo: revogar a lei que estabelece teto para os gastos públicos, taxar bancos para que baixem os juros e a falta de urgência para uma reforma da Previdência.

A principal dúvida é sobre a influência que setores mais radicais do partido terão em um eventual governo Haddad.

Aliados do ex-prefeito afirmam que Lula será o responsável por “controlar o PT” e que a sigla é suficientemente pragmática para separar governo da atuação partidária.

Haddad quer ecoar a tese de que seu perfil conciliador não dará espaço para rompantes radicais e que há, inclusive, a possibilidade de acordos com mercado e outros partidos.

Quem acompanhou a discussão

interna do programa de governo do PT aposta que, se eleito, Haddad levaria um “empresário amigo” para a Fazenda, como o presidente do conselho de administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, ou o presidente da Coteminas, Josué Alencar. Além disso, dizem, há discussão dentro do PT sobre a criação de uma regra para substituir o teto de gastos e uma reforma da Previdência focada no setor público.



## Quem influencia PT e Haddad na economia

### Guilherme Mello

Professor da Unicamp, ligado ao grupo de Luiz Gonzaga Belluzzo e Marcio Pochmann

### Marcio Pochmann

Doutor em economia e pesquisador da Unicamp, ex-presidente do Ipea

### Samuel Pessôa

Próximo do PSDB, tem trocado ideias com Haddad, de quem foi colega no mestrado na USP

### Marcos Lisboa

Presidente do Insper, enviou referências ao candidato

### Nelson Barbosa

Professor da FGV-Brasília, ex-ministro de Dilma Rousseff

## Governo deve liberar mais de R\$ 3 bi do Orçamento para ministérios

Folga. Com uma previsão de gastos menor que o esperado, equipe econômica encontrou espaço para remanejar recursos, que devem ser disputados pelos órgãos públicos às vésperas das eleições; decreto com a liberação da verba sai até dia 30 de setembro

Idiana Tomazelli

Adriana Fernandes /  
BRASÍLIA

O governo revisou as projeções de despesas para este ano e deve liberar mais de R\$ 3 bilhões para ministérios e outros órgãos federais, segundo apurou o 'Estadão / Broadcast'. A 18 dias das eleições, a nova margem para gastos abre espaço a negociações políticas pela distribuição desses recursos. O governo deve gastar menos do que previa com o pagamento de benefícios previdenciários, abono salarial, seguro-desemprego e subsídios.

Essa diferença vai abrir espaço dentro do teto de gastos para realocar essa verba para outras áreas, atendendo a demandas de órgãos sufocados pela falta de recursos. O teto de gastos é o mecanismo que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação. A equipe econômica tem até sexta-feira para revisar os dados e publicar o

relatório de avaliação de receitas e despesas do 4.º bimestre deste ano.

Os números foram discutidos ontem pela Junta de Execução Orçamentária, que reúne os ministros da Casa Civil, Fazenda e Planejamento. O valor pode ficar mais próximo dos R\$ 4 bilhões, a depender das avaliações que serão feitas nos próximos dias. O decreto que libera os recursos será publicado até o próximo dia 30. Pela regra do teto, apenas uma revisão nos gastos é capaz de dar espaço a novas despesas.

Mesmo que haja arrecadação acima do esperado, essas receitas só podem ajudar no resultado primário (gerando um déficit menor que os R\$ 159 bilhões permitidos pela meta fixada pelo governo) ou bancar despesas fora do teto, como é o caso de capitalização de estatais. Como a arrecadação de julho veio melhor que as estimativas do governo, a "folga" em relação à meta também deve aumentar.

Pedidos emergenciais.

Em maio, o governo já havia liberado R\$ 2 bilhões. Em julho, o governo só conseguiu liberar R\$ 666 milhões em relação ao teto, ante uma lista de pedidos dos ministérios bem maior, que passava

dos R\$ 10 bilhões. A prioridade na ocasião foi atender a pedidos emergenciais, como recursos necessários para manter o funcionamento de agências do INSS.

Houve inclusive cancelamento de algumas despesas não realizadas até o momento para dar lugar a demandas mais urgentes. A avaliação no governo é de que a restrição de recursos ainda impõe muitas dificuldades aos órgãos, daí a necessidade de liberar os limites dentro do teto de gastos.

Mas o dinheiro só poderá ser remanejado porque houve revisão nas projeções de despesas obrigatórias. No último relatório, a equipe econômica previa um gasto de R\$ 594,1 bilhões com benefícios do INSS e de R\$ 56,9 bilhões com abono e seguro-desemprego. Já a projeção de despesas com subsídios estava em R\$ 20,6 bilhões.

As despesas com custeio da máquina, por sua vez, estavam estimadas em R\$ 81,9 bilhões, patamar considerado baixo diante da necessidade dos órgãos. Já os investimentos eram projetados em R\$ 31,1 bilhões no 3.º bimestre. A distribuição dos recursos a serem liberados será feita posteriormente, conforme as prioridades dos ministérios.

# União quer mapear mão de obra pública

Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Planejamento.

O governo federal está desenvolvendo um sistema para identificar onde há excesso ou déficit de pessoal nos órgãos públicos, de acordo com o serviço prestado à população. A ideia é ter um “dimensionamento” real da força de trabalho. O projeto está sendo elaborado pelo Ministério do Planejamento em parceria com a Universidade de Brasília (UnB).

O “piloto” está sendo executado em cinco órgãos do Poder Executivo, mas a iniciativa já despertou interesse no Legislativo e no Judiciário. A intenção do governo é implementar o modelo em toda a administração pública federal nos próximos cinco anos. Nesse período, o projeto pode gerar uma economia de R\$ 193,5 milhões, segundo o Ministério do

A ferramenta é considerada estratégica porque a folha de pagamento da União já é hoje a segunda maior despesa do Orçamento, atrás apenas dos benefícios previdenciários. Os gastos com pessoal chegarão a R\$ 325,9 bilhões no ano que vem, e há cada vez menos espaço para que novos contratados substituam o número crescente de pessoas que se aposentam.

Hoje, o governo já realiza mapeamentos sobre a distribuição de sua mão de obra, mas eles levam até dois anos para ficarem prontos. Com o novo sistema, esse prazo será de até 90 dias. Com o panorama de cada área nas mãos, a administração poderá ser remodelada de forma mais ágil segundo suas necessidades.

## BNDES admite erro em empréstimos a Cuba e Venezuela

Para presidente do banco, que fazia parte do governo, ‘olhando para trás’, fica claro que países não tinham como pagar dívida

Vinicius Neder / RIO

Uma semana após a revelação de atrasos no pagamento da dívida de Cuba com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o presidente do banco, Dyogo Oliveira, afirmou ontem que os empréstimos a países como a ilha caribenha e a Venezuela não deveriam ter sido feitos. Embora integrasse a equipe econômica dos governos do PT à época da aprovação dos financiamentos, Oliveira disse que, hoje está claro que os países não tinham como pagar as dívidas.

“Olhando hoje, fica claro que eles (países como Cuba e Venezuela) não tinham condições de pagar. Provavelmente, (os empréstimos) não deveriam ter sido feitos, mas agora temos de ir atrás do dinheiro. Temos de buscar receber”, disse o presidente do BNDES, ao deixar a cerimônia de abertura de um seminário sobre inovação, no Rio.

O governo federal precisou alocar R\$ 1,16 bilhão no Orçamento deste ano para o Tesouro Nacional cobrir calotes por parte de Venezuela e Moçambique, que ocorrem desde

2017. Cuba começou a atrasar em maio os pagamentos da dívida com o BNDES – o saldo devedor hoje é de US\$ 597 milhões, segundo o banco.

Após quitar os vencimentos daquele mês, o governo cubano está em atraso com o pagamento de US\$ 17,4 milhões das parcelas vencidas em junho, julho e agosto. Desde 1998, o BNDES financiou cerca de US\$ 880 milhões em exportações feitas por 33 empresas brasileiras para Cuba, informou o banco.

A ilha já pagou cerca de US\$ 490 milhões em amortizações e juros. Da dívida atual, o destaque é o empréstimo de US\$ 682 milhões, contratado em cinco operações entre 2009 e 2013, para a modernização do Porto de Mariel, a 45 quilômetros de Havana.

As obras, tocadas pela Odebrecht, foram inauguradas em janeiro de 2014, na presença da então presidente Dilma Rousseff. Polêmica. O financiamento do BNDES a obras no exterior é motivo de polêmica. Críticos alegam que os empréstimos foram direcionados a países cujos governos, muitas vezes, enfrentam suspeitas de corrupção.

Acusam os governos do PT de terem privilegiado governos

supostamente “amigos” do petismo, como o caso de Cuba. Reclamam ainda que muitas construtoras contratadas para tocar as obras estão envolvidas nas investigações da Operação Lava Jato, com destaque para a Odebrecht.

Defensores das operações, porém, argumentam que se trataram de ações corriqueiras de financiamento a exportações de produtos e serviços, iniciadas antes dos governos petistas, feitas com garantias. Também teriam sido feitas com outros países, inclusive os EUA, que seriam o principal destino. Na tentativa de buscar receber a dívida, o BNDES negocia com Cuba.

Chegou a constar na agenda pública de Oliveira uma reunião na embaixada da ilha em Brasília, na segunda-feira, mas o encontro acabou desmarcado. Segundo o presidente do BNDES, as negociações envolvem opções que não passam, necessariamente, por uma reestruturação completa da dívida.

“O governo de Cuba tem se mostrado solícito, aberto a buscar soluções. Alega, no entanto, que em virtude de questões climáticas e financeiras não tem tido condições de honrar totalmente os pagamentos”, afirmou Oliveira.